

Bicudo pede reunião para discutir violência no AC

Deputado exige do governo federal providências para acabar com a criminalidade

EDSON LUIZ

BRASÍLIA — O presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, Hélio Bicudo (PT-SP), vai pedir esta semana ao ministro da Justiça, Nelson Jobim, a convocação de uma reunião extraordinária do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) para discutir o clima de violência no Acre. Bicudo quer que o governo federal tome providências para acabar com a onda de criminalidade, agravada depois que a Polícia Militar criou uma Companhia de Operações Especiais (COE).

Segundo o deputado, o envolvimento de autoridades policiais e políticos em alguns desses crimes tem contribuído para tornar o clima mais tenso, principalmente em Rio Branco, capital. Na reunião não está descartado o pe-

didado de intervenção no Acre, proposta que já foi feita pelos procuradores da República do Estado Luiz Francisco de Souza e Franklin da Costa.

“É inadiável uma decisão do governo federal sobre o problema”, alertou Hélio Bicudo, depois de ter se reunido com o procurador federal dos Direitos do Cidadão, Wagner Gonçalves, que esteve no Acre: “Se não houver providências, as conseqüências são imprevisíveis.” Bicudo disse que a situação força

o governo a pedir urgência para a apreciação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que prevê a federalização dos crimes contra os direitos humanos, atribuindo competência à Justiça federal para investigá-los.

Ameaças — Além de denúncias sobre a morte de diversas pessoas pela COE, a Comissão dos Direitos Humanos recebeu um comunicado da Diocese de Rio Branco denunciando que a coordenadora do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da igreja, Maria de Nazaré G. Ferreira Fernandes, e o secretário regional do Movimento dos Direitos Humanos, Francisco Darichen Campos, foram ameaçados de morte por integrantes do COE, depois que tornaram públicos os crimes da PM.

A situação também é tensa no Amazonas, para onde Hélio Bicudo viajou

na quinta-feira. Um grupo de extermínio denominado Firma, formado por policiais e ex-policiais, já matou 20 pessoas este ano, e 50 nos últimos dois, em Manaus. O caso foi levado ao CDDPH pelo promotor de Justiça Carlos Coelho, que está sob

proteção de policiais federais, depois de receber diversas ameaças de morte, junto com o padre Umberto Guidotti, que provou que oito meninos foram torturados pelo grupo de extermínio. O padre viajou para a Itália temendo que as ameaças fossem concretizadas.

A Comissão de Direitos Humanos vem recebendo correspondência enviada do Exterior pedindo providências do governo brasileiro para acabar com a violência no norte do País.

PEDIDO DE
INTERVENÇÃO
NÃO ESTÁ
DESCARTADO